

# Como fica a pós-graduação em administração no Brasil com o novo modelo de avaliação da CAPES?

Contribuições ao texto do professor Pedro Lincoln

**MARCELO DE REZENDE PINTO**

*Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG)*

*marcrez@hotmail.com*

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. Líder do Grupo de Estudos em Marketing, Consumo e Sociedade. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6011936684655367>

O texto do Prof. Lincoln intitulado “Pós-graduação Profissional em Administração no Brasil - Dilemas da vida adulta”, em face da complexidade que o assunto oferece, pode ser lido de várias formas e, ao mesmo tempo, ao longo das suas vinte e uma páginas, suscitar inúmeras reflexões àquele leitor imerso no sistema de pós-graduação em Administração no Brasil. Com argumentos fartos e extensos, o referido pesquisador traz para debate nesse instigante texto uma série de questões que insistem em compor a agenda de discussões daqueles que se dedicam aos cursos de mestrado e doutorado em Administração no Brasil, seja docente, seja como gestor das modalidades acadêmica e profissional dos cursos. Entre as várias indagações e reflexões, algumas precisam ser enfatizadas aqui: *cabe falar-se em algo metodologicamente diferente, tratando-se de **pesquisa** em programas profissionais? Ou problemas do ambiente de prática profissional nada exigiriam de especial às práticas metodológicas da academia?* Essas indagações acabam por desembocar na proposta defendida por ele que pode ser sintetizada na seguinte pergunta: *que pensar da perspectiva simples de ter-se, ao longo do tempo, um só programa, desaparecendo os dois atuais (o “acadêmico” e o “profissional”)?*

A partir do “peso” que essa pergunta pode representar para aqueles que dedicam tanta energia na condução de um programa de pós-graduação, não posso deixar de confessar que, depois de aceitar o convite para elaborar um texto de reação ao do Prof. Pedro Lincoln, passei dias alternando entre sentimentos ora de hesitação, ora de desconforto, ora de preocupação... Posso explicar minhas palavras. Primeiro, sentimento de hesitação pode ser entendido pelo fato de me ver em uma situação em que muitos poderiam ser os caminhos adotados para compor uma reflexão que fizesse sentido e pudesse contribuir para um debate produtivo. Desconforto pois o texto me tirou do “lugar comum” e me fez repensar o papel de um programa de pós-graduação e de tudo que ele envolve em um momento em que tantas incertezas se anunciam na sociedade. E não menos importante uma sensação de preocupação pelo fato de, como docente de pós-graduação, perceber que precisaria ter coragem para enfrentar tantas novidades e situações que exigirão respostas assertivas e determinadas. Contudo, talvez influenciado pelas preocupações atuais quanto aos rumos da pós-graduação no país em um momento de tantas incertezas e possíveis rupturas, acabei optando por enveredar por uma trilha de discussão que buscasse confrontar a questão do enunciado pelo professor à luz da nova proposta de avaliação dos programas divulgado recentemente pela CAPES. Proposta essa que amplia de forma considerável os pontos de avaliação da atuação dos programas de pós-graduação no Brasil.

Para isso, de forma breve e sem maiores escrutínios críticos, precisamos levar em conta o que propõe o novo sistema de avaliação da CAPES para o quadriênio 2021-2024 baseado no que está sendo chamado de modelo multidimensional. Segundo essa proposta, que foi divulgado pela CAPES há poucos meses atrás, o novo instrumento de avaliação é composto por cinco dimensões: (a) formação de pessoal; (b) pesquisa; (c) Inovação e Transferência de Conhecimento; (d) impacto na sociedade e (e) internacionalização.

A primeira das dimensões - formação de pessoal - foca em indicadores consolidados no âmbito do sistema de avaliação da CAPES tais como atratividade do programa, taxa de sucesso na formação de mestres/doutores, diversidade da oferta de oportunidades de formação, grau de satisfação dos alunos, integração dos egressos no mercado de trabalho, entre outros. A dimensão Pesquisa também prevê indicadores já presentes em instrumentos anteriores principalmente aqueles destinados à análise da regularidade e participação dos docentes e discentes na produção científica, impacto da produção, participação dos atores em redes de pesquisa nacionais e internacionais de excelência e captação de recursos nacionais e internacionais. Quanto à dimensão Inovação e Transferência de Conhecimento, a avaliação deverá captar a interação dos programas com outros diversos agentes da sociedade, envolvendo não somente as empresas privadas, mas também as entidades públicas e organizações do terceiro setor. Ou seja, deve-se induzir uma aproximação mais profícua entre os programas pós-graduação e as demandas da sociedade. No tocante à dimensão do impacto na sociedade, o instrumento prevê a análise de indicadores que possam captar o papel dos egressos e das pesquisas desenvolvidas no âmbito do programa no processo de atração de novos investimentos, geração de emprego e renda e desenvolvimento tanto

nacional como regional. Por fim, a dimensão da internacionalização reserva um espaço na avaliação para itens como financiamento internacional para projetos de pesquisas, produção de pesquisas em cooperação internacional, visibilidade do programa conforme indicadores internacionais de desempenho e atratividade reconhecida em nível internacional tanto para alunos, como docentes e pesquisadores.

Não quero aqui fazer proselitismo a favor da avaliação, tampouco acreditar que devemos trabalhar somente embasado nas políticas da CAPES, mas não posso deixar de levar em consideração que os instrumentos de regulação desse órgão influenciam (e muito) as ações de qualquer programa de pós-graduação e o cotidiano de pro-reitores de pós-graduação, coordenadores de curso, docentes e discentes. No mesmo sentido, ainda que caibam reflexões e críticas à construção e a própria implantação desse modelo, é importante considerar que ele expressa algumas questões que nos fazem concluir que é necessária uma nova forma de pós-graduação *stricto sensu* no país.

O que gostaria de defender nesse texto é a ideia de que esse novo modelo de avaliação parece estar em linha com a proposta do Prof. Pedro Lincoln levando em conta os seguintes aspectos. Em primeiro lugar, um analista atento vai perceber que o diferencial desse modelo de avaliação está na proposição da dimensão 3 que joga luz sobre as questões ligadas à inovação e transferência de conhecimento. O que a CAPES espera dos programas de pós-graduação está diretamente relacionado a um direcionamento de esforços no sentido de promover inovação e transferência de conhecimento envolvendo várias esferas da sociedade. Ora, no caso dos programas de pós-graduação em Administração, isso parece fazer sentido quando há um interesse de uma maior valorização da aproximação do docente ao ambiente externo às instituições de ensino, assim como no investimento em ações que busquem aumentar o interesse do empresariado em buscar na universidade parcerias para a solução de problemas. A relação com o ensino nos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* também ganha um vulto importante nesse contexto. Parece ser claro, portanto, que isso pode ser obtido por uma estrutura de pós-graduação que não crie abismos entre a modalidade profissional e acadêmica como dois pólos distantes e incomensuráveis. Dito de outra forma, o que o novo sistema de avaliação parece demonstrar é que deve não se deve fomentar uma epistemologia diferenciada para a pós-graduação profissional, geradora de pesquisa também diferenciada. Pelo contrário. Deve-se pensar em uma forma de complementaridade entre as duas modalidades de curso para conseguir dar conta de responder aos vários desafios da sociedade atual.

Em segundo lugar, cabe salientar o relevo que a questão do impacto na sociedade ganha nesse novo modelo avaliativo. Embora quadriênio 2017-2020 a questão do impacto já estivesse presente, só que de forma ainda incipiente, não se pode negligenciar a constatação de que a produção dos programas de pós-graduação não pode ficar restrita à elaboração de *papers* e discussões teóricas. Essa discussão que já não é tão nova em outras partes do mundo enfatiza a necessidade de se pensar os produtos da pós-graduação levando em conta de que forma os resultados desses produtos possam contribuir para a sociedade como um todo. O impacto deve ser pensado em diversas perspectivas, mas essencialmente e questões voltadas para o retorno social das ações da pós-graduação. Em outras palavras, os relatórios da CAPES enfatizam a importância de se dedicar esforços no sentido de propiciar aos pesquisadores a capacidade de apresentar soluções aos problemas cotidianos vividos pela população, situação na qual a avaliação de impacto precisa ser considerada dentro de uma escala temporal. Nesse sentido, somente um programa que articule docentes com diferenciados perfis e com competências múltiplas em conjunto pode, de fato, responder proativa e adequadamente aos indicadores da dimensão de impacto.

Em terceiro lugar, não se pode deixar de levar em conta que os projetos pedagógicos dos cursos não podem negligenciar outros aspectos importantes quanto à visão do futuro por meio de um planejamento estratégico que não deixe de contemplar as demandas regionais, o perfil do profissional que se pretende formar e o que se quer atingir com aquele curso. No mesmo sentido, parece ser essencial que um curso de excelência busque compatibilizar

diferentes competências e consiga conjugar ações diferenciadas de ensino, pesquisa e extensão, algo que, historicamente, nunca foi praticado pela pós-graduação no Brasil. No caso da Administração, esse novo cenário traz à luz a certeza de que não cabe mais a utilização de certos tipos de alegação sustentados na ideia de que a atuação dos cursos de pós-graduação se restringe às pesquisas voltadas exclusivamente ao ambiente das organizações e que muito pouco pode ser feito para a sociedade. Isso acaba por corroborar o que está sendo defendido ao longo desse texto de que uma possível a proposição de formas de complementaridade entre as duas modalidades de curso.

Em suma, tentando responder à complexa pergunta enunciado no título desse texto, o que fica bastante aparente é que o grande desafio dos programas de pós-graduação em Administração reside na missão de, cada vez, buscar mais construir pontes e tentar menos estabelecer cercas, seja em suas áreas de atuação, seja com outros atores do processo de construção de conhecimento, seja ainda com novas formas de articulação extra muros da universidade. Ainda que os formuladores do novo sistema de avaliação certamente não tenham se atentado a isso, o que parece ficar óbvio é que a articulação das dimensões propostas aponta para a constituição de programas de pós-graduação nos anos vindouros que caminhem direcionados a uma maior integração e quase unidade entre as modalidades hoje nomeadas de profissional e acadêmica. Assim, o que se buscou argumentar aqui é que a proposta do Prof. Pedro Lincoln faz todo o sentido principalmente quando se começa a fazer parte do contexto a recente regulamentação dos doutorados profissionais. Não quero defender aqui que ambas as modalidades de curso sejam idênticas no que tange ao projeto pedagógico (envolvendo perfil do egresso, disciplinas, atividades extracurriculares e trabalho de final de curso). Isso não me parece adequado. No entanto, tendo a imaginar que seria interessante e muito profícua a iniciativa de se buscar formas de convergência e, principalmente, complementaridade entre as duas propostas no âmbito de um mesmo curso. Seria, de forma ideal, se as competências, as virtudes e as deficiências de ambas as modalidades se juntassem para construir algo novo, mais completo, mais robusto.

Por fim, gostaria que enfatizar que fica claro que todas as questões discutidas nesse texto acabam por descortinar outras reflexões como, por exemplo, a atuação do docente nesse novo contexto. Docente esse que não vai ser aquele somente focado em pesquisa, leitura de textos acadêmicos, publicação de *papers* em congressos e periódicos, encastelados em seus gabinetes, restrito ao convívio com seus pares e orientandos. Prova disso, é a mudança na forma de avaliar a produção intelectual docente. Se no quadriênio 2013-2016, a publicação em periódicos em nossa área equivalia a um terço da avaliação, no quadriênio em curso (2017-2020), essa participação não passa de 15%. Pelo contrário, vai exigir um profissional com perfil mais eclético, mais sensível às mudanças da sociedade, mais aberto, atento a novas práticas e metodologias de ensino, pesquisa e extensão e disponível a encarar outras iniciativas para além da universidade e do seu grupo de pesquisa. Um perfil de docente que agregue, compartilhe, colabore, entenda, atenda... Mas tudo isso fica para uma outra conversa quando decidirmos embrenharmos em outra trilha de discussão sobre as questões levantadas pelo texto do Prof. Pedro Lincoln...